



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639167 - RJ (2021/0005383-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIA LUIZA ALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOSE AUGUSTO BENTES DE ALENCAR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE AUGUSTO BENTES DE ALENCAR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0013975-22.2019.8.19.0066).

O paciente foi condenado pelo Juízo de 1ª instância por infração ao art. 33, *caput*, c/c O art. 40, VI, todos da Lei n. 11.343/2006, fixadas as penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime semiaberto e de 580 dias-multa. A defesa e o MP apelaram.

O TJRJ deu provimento ao recurso ministerial condenando o paciente pela prática do ilícito previsto no art. 35, c/c o art. 40, VI, da Lei de Drogas, com recrudesimento do regime afliitivo, negando provimento ao apelo defensivo.

A impetrante impugna a decisão do Tribunal no que concerne à indevida condenação pelo crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006, bem como a imposição de regime mais gravoso.

Aduz o seguinte: “Vislumbra-se nos autos originários patente violação ao comando do art. 35 da Lei 11.343/06, operada pelo Íncrito Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao condenar o Paciente pelo delito de associação para o tráfico de drogas sem a demonstração concreta dos requisitos da estabilidade e da permanência, como exigem os Tribunais Superiores”.

Requer a concessão do *writ*, liminarmente, para que, desconstituindo o acórdão do TJRJ, seja concedida a ordem a fim de que o paciente seja absolvido da imputação de infringência ao art. 35 da Lei n. 11.343/06. Outrossim, pugna pela aplicação da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, na fração máxima, com a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos e

alteração para o regime prisional aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente